

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Estamos aí para dar uma força I

Na expectativa de concorrer a deputado federal pelo PT do Distrito Federal, o secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, disse que também está à disposição para contribuir no que for necessário no Executivo. “Se for avaliado que o meu nome, é importante para o debate eleitoral, para fazer um contraponto à extrema-direita sobre segurança, estou inteiramente à disposição. Mas se definirem que é importante que eu faça isso dentro do próprio governo, eu também estarei aqui”, disse Marivaldo à coluna.

Estamos aí para dar uma força II

Caso seja confirmado na disputa eleitoral, o secretário deve deixar a pasta em abril. No Congresso, ele afirmou que irá lutar pelas pautas relacionadas à segurança pública e à soberania digital na Câmara. Marivaldo foi candidato a senador pelo PSol-DF em 2018.

Há três anos...

... Os golpistas que invadiram e depredaram os prédios dos Três Poderes cadastravam nome e CPF para acessar wi-fi da Câmara dos Deputados — produzindo provas contra eles mesmos e facilitando o trabalho da Polícia Federal na identificação dos criminosos. O Ministério Público Federal (MPF) já denunciou 1.901 pessoas por envolvimento nos atos de 8 de janeiro de 2023, o mais violento ataque à democracia desde o golpe militar.

Otimismo vem do Senado

O ano legislativo vai começar fervendo. A base governista se prepara para reverter sete votos entre os senadores para a derrubada integral do projeto da dosimetria. Nos bastidores, parlamentares apoiadores de Lula afirmam que perderam as esperanças de mudar o entendimento dos deputados que votaram a favor da redução das penas dos condenados do 8 de Janeiro. Por outro lado, entre os senadores, o cenário é mais otimista.

Resta somente convencer o chefe

Com a saída de Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cresce a pressão para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repita o feito da gestão de Michel Temer e separe a pasta em duas. O tema da segurança é a principal preocupação do Planalto para as eleições deste ano — e o petista quer mostrar resultados concretos durante os

debates. Ele, no entanto, avisou ao seu time que só irá decidir sobre o assunto após as aprovações da PEC da Segurança Pública e do projeto Antifacção no Congresso Nacional. A divisão do ministério também traz outros desafios burocráticos, pois teria que ocorrer por meio de uma medida provisória. Lula ainda não está totalmente convencido sobre a eficácia da mudança.



Deficit de peritos

A defasagem no quadro de peritos criminais federais, somada à previsão de novas aposentadorias, fez o tema ganhar prioridade no fechamento de 2025. A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), entidade que faz o alerta, afirma ter intensificado a articulação com o Congresso e o Poder Executivo, sobretudo com a direção-geral da Polícia Federal (PF), para viabilizar códigos de vaga e permitir o aproveitamento integral dos aprovados no concurso em andamento. A medida é considerada essencial para sustentar a capacidade de resposta da criminalística federal.

Ação preventiva

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin (**foto**), instituiu um grupo de trabalho para propor soluções a fim de evitar que ex-presidiários acabem em situação de rua depois de deixarem o sistema prisional. Os conselheiros deverão identificar riscos que levem os apenados à vulnerabilidade, além de elaborar programas para a reintegração social desse público. “Nós entendemos que, uma vez em situação de rua, ex-presidiários podem voltar à criminalidade — o que prejudica a sociedade como um todo”, disse o conselheiro do CNJ Ulisses Rabaneda, coordenador do grupo.



Edson Fachin (CNJ) A Press

Ônibus elétricos em alta

A gigante BYD encerrou 2025 com um desempenho histórico no segmento de ônibus no Brasil. Ao longo do ano passado, a companhia entregou 188 veículos, um crescimento expressivo em comparação aos 69 coletivos em 2024, mudando a perspectiva sobre a mobilidade sustentável no país. “Esse crescimento expressivo comprova que a mobilidade elétrica já é uma realidade consolidada no transporte público brasileiro”, diz o diretor de veículos comerciais e solar da BYD Brasil, Marcello Schneider.

RELAÇÕES EXTERIORES / Lula conversa com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e manifesta preocupação com o ataque dos EUA à Venezuela para o sequestro de Maduro. Eles consideram que se criou um “precedente extremamente perigoso”

Tensão com EUA permanece

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou, ontem, por telefone, com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, sobre a invasão dos Estados Unidos à Venezuela, o sequestro do ditador Nicolás Maduro e da mulher, Cília Flores, e os bombardeios a Caracas. Na ligação, os dois expressaram “grande preocupação” com a interferência do governo de Washington na América Latina e consideraram que a ação norte-americana viola o direito internacional. Eles concordam que isso abre um precedente “extremamente perigoso”. “Os dois mandatários manifestaram grande preocupação com o uso da força contra um país sul-americano, em violação ao direito internacional, à Carta das Nações Unidas e à soberania da Venezuela. E destacaram que tais ações constituem um precedente extremamente perigoso para a paz e a segurança regionais e para a ordem internacional”, frisa nota divulgada pelo Palácio do Planalto sobre a conversa entre Lula e Petro.

Para os presidentes brasileiro e colombiano, a situação na Venezuela deve ser resolvida “exclusivamente por meios pacíficos” e com respeito à vontade da população do país. Lula e Petro consideraram o anúncio feito ontem pelo presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, sobre a libertação de presos políticos venezuelanos e estrangeiros, um gesto de distensão que pode ajudar no processo de normalização do país vizinho.

Lula confirmou que o Brasil enviará de 40 toneladas de insumos à Venezuela para repor medicamentos de diálise destruídos nos bombardeios para a captura de Maduro e Cília. “Brasil e Colômbia reafirmaram sua intenção de seguir cooperando em prol da paz e

da estabilidade na Venezuela, país com o qual compartilham extensas fronteiras. Recordaram, nesse contexto, os importantes contingentes de migrantes venezuelanos que têm acolhido nos últimos anos”, salienta a nota do Planalto.

Antes de conversar com Lula, Petro esteve em contato com o presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Desde a operação militar na Venezuela, os dois vêm trocando acusações e o norte-americano também ameaçou que pode desencadear um ataque armado à Colômbia. Ele acusa Petro, sem provas, de produzir drogas e enviá-las ao EUA. Os dois países, porém, têm um longo histórico de colaboração na guerra contra o narcotráfico, que vem desde a década de 1980.

Diálogo

Depois da cerimônia em que o governo lembrou os três anos da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, o vice-presidente Geraldo Alckmin — que acumula o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — comentou que a operação militar norte-americana não alterou a situação do comércio entre Brasil e EUA. Conforme avaliou, essa conexão deu “um salto importante”.

Questionado se o bom trânsito que Lula conquistou com Trump poderá ajudar nas negociações do tarifaço — em um momento em que o governo de Washington está envolvido com assuntos da Venezuela —, Alckmin respondeu que se trata de coisas distintas.

“Uma questão é a Venezuela, a outra é a relação comercial entre as duas maiores economias das Américas, e que tem 201 anos de parceria com mais de 3 mil empresas americanas no Brasil. O Brasil não é problema dos EUA, é solução”, disse.



Os dois mandatários manifestaram preocupação com o uso da força, em violação ao direito internacional, à Carta das Nações Unidas e à soberania da Venezuela. Tais ações constituem um precedente perigoso para a paz e a segurança regionais”

Nota sobre a conversa entre Lula e Petro

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Depois do Exército, Força Nacional chega para aumentar a segurança na fronteira e na capital de Roraima

Reforço na segurança em Roraima

» CAETANO YAMAMOTO*

O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou, ontem, portaria que autoriza o envio de mais agentes da Força Nacional em Boa Vista e em Pacaraima, cidade de Roraima que faz fronteira com a Venezuela e principal porta de entrada de cidadãos do país vizinho no Brasil. Os agentes atuarão nos dois municípios pelos próximos 90 dias, tempo que poderá ser estendido. A Força Nacional auxiliará os órgãos de segurança pública nas atividades e serviços para a preservação da ordem pública.

O Exército havia enviado, na terça-feira, 126 militares no Pelotão Especial de Fronteira em Pacaraima (RR) para intensificar a

fiscalização. A ideia era realizar vistas mais rigorosas, com abordagem a pedestres e veículos que cruzam a fronteira, a fim de evitar que um possível aumento no fluxo de migrantes possa facilitar a atuação das facções do crime organizado.

Além disso, a União e o estado chegaram a um acordo judicial de R\$115 milhões para ressarcimento de despesas extraordinárias assumidas pelo governo de Roraima em decorrência do fluxo migratório de venezuelanos desde o que houve o recrudescimento da ditadura de Nicolás Maduro. O acordo reconhece a necessidade de compartilhamento do ônus financeiro suportado pelo estado nos últimos anos, especialmente nas áreas de saúde,

educação, segurança pública e sistema prisional, diretamente impactadas pela crise humanitária.

Para o governador Antonio Denarium, o acordo corrige uma distorção, uma vez que Roraima, por conta da localização geográfica, assumiu de forma desproporcional os impactos de uma crise migratória. “Roraima nunca se omitiu diante da crise humanitária, mas não poderia continuar arcando sozinho com esse ônus. Esse acordo representa justiça federativa, fortalece a cooperação entre os entes e garante condições reais para que o Estado continue atendendo a população sem comprometer serviços essenciais”, afirmou.

O valor do acordo será aplicado na saúde (R\$ 36 milhões), na

educação (R\$ 10 milhões), na segurança pública (R\$ 63 milhões) e no sistema prisional (R\$ 6 milhões). Segundo o secretário de Justiça de Roraima, Hércules Pereira, “cerca de 10% da população prisional do estado é composta por reeducandos de nacionalidade venezuelana. Diante do cenário externo, mantemos contato permanente com os órgãos de inteligência para garantir a paz dentro das unidades e evitar qualquer influência externa que possa gerar riscos à sociedade”.

***Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi**

» LEIA MAIS nas páginas 8 e 9